

Bens culturais na Marinha do Brasil: um diálogo entre gestão e arte

Norberto Stori¹

Romero de Albuquerque Maranhão²

Resumo: A gestão dos bens culturais pelas organizações públicas e privadas tornou-se um fator estratégico para a preservação da memória organizacional, pois a memória tem sido percebida como um fator importante para a reputação das organizações, ao demonstrar como os valores e a missão institucional podem ser responsáveis, em diferentes momentos, pelo fortalecimento da imagem institucional junto ao público externo. Desta forma, o objetivo desta pesquisa exploratória é analisar, a partir de um estudo de caso, a gestão dos bens culturais em uma instituição militar. Os resultados apontam que a gestão realizada pela Marinha ocorre de forma diferenciada em relação às demais instituições públicas e privadas que abrigam acervos culturais, pois sua estruturação está fundamentada na hierarquia militar. Além disso, que as atividades educativas realizadas nos espaços culturais e museus são direcionadas para todas as idades, e para o público interno e externo à Marinha como o intuito de ampliar o a mentalidade marítima da população.

Palavras-chave: Gestão Cultural; Forças Armadas; Museu; Espaço Cultural.

Cultural heritage in the Navy of Brazil: a dialogue between management and art

Abstract: The management of cultural heritage by public and private organizations has become a strategic factor for the preservation of organizational memory since memory has been perceived as an important factor for the reputation of organizations by demonstrating how values and institutional mission can be responsible, at different times, for strengthening the institutional image with the external public. Thus, the objective of this exploratory research is to analyze, from a case study, the management of cultural property in a military institution. The results show that the management carried out by the Navy occurs differently in relation to the other institutions that house cultural collections because its structure is based on the military hierarchy. In addition, the educational activities in cultural centers and museums are directed to all ages, and for internal and external audiences to the Navy as the purpose of expanding the maritime mentality of the population.

Keywords: Cultural Management; Armed Forces; Museum; Cultural Space.

¹ Prof. Titular do programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Livre docente em Artes Visuais/IA-UNESP/SP. Mestre e Doutor em Comunicação e Artes/ Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: nstori@uol.com.br

² Pesquisador da Marinha e Assistente do Diretor de Administração. Doutor em Administração pela UNINOVE, Mestre em Geografia pela UFPA, MBA em Gestão e Tecnologias Ambientais pela USP, Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Cândido Mendes e Licenciado em Ciências Biológicas pela Faculdade da Cidade-RJ. E-mail: romeroalbuquerque@bol.com.br

Outra coisa que me parece de enorme e imediata necessidade é a organização de museus. Mas, pelo amor de Deus! Museus à moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo, que ponham realmente toda a população do Estado de sobreaviso contra o vandalismo e o extermínio.

Mário de Andrade³

Considerações iniciais

A arte no mundo contemporâneo acentua a importância e os desafios da interdisciplinaridade. Gusdorf (2006) admite que a interdisciplinaridade permite reagrupar as significações do conhecimento e preservar a sua integridade, pois revisita a história da humanidade com o intuito de cumprir este objetivo. O autor vê na interdisciplinaridade a capacidade de reunir, de forma ordenada, o saber, sem aumentá-lo de forma desordenada. A interdisciplinaridade confere qualidade aos diversos saberes, atuando no campo dos saberes de forma centrífuga, contrariando a força centrípeta que atualmente os acolhe. Ela ordena o conhecimento, sob a ação da convergência, e permite reconstituir a sua unidade, constituindo-se num saber que relaciona saberes, que propõe o encontro entre o fazer o teorizar, e entre as humanidades e as ciências, especificamente nesta pesquisa, entre gestão e arte, sendo esta última entendida como patrimônio público, como um bem da humanidade.

De acordo com Sousa e Silva (2008), o reconhecimento do campo da gestão cultural no Brasil começa a se delinear no âmbito das transformações ocorridas no setor cultural a partir da década de 1980, quando são promulgadas as primeiras leis de incentivo fiscal à cultura, oferecendo novos contornos ao financiamento da cultura no país e propiciando a participação de outros atores no cenário cultural. Desta forma, ocorre uma reestruturação do mercado cultural e a cultura passa a ser utilizada como moeda de valor simbólico para as empresas; além disso, para viabilizar a aplicação de recursos fiscais públicos, entram em cena novos mecanismos de gestão indireta da cultura.

A importância da gestão dos bens culturais pelas organizações públicas e privadas tornou-se um fator estratégico⁴ na contemporaneidade. Além de fortalecer

³ Carta do Poeta Mário de Andrade publicada na obra de Paulo Duarte, intitulada “Contra o vandalismo e o extermínio”. São Paulo: Departamento de Cultura, v.19, 1938.

⁴ O termo estratégia é um conceito militar bastante antigo, definido pela aplicação de forças contra determinado inimigo. O termo se origina da palavra grega *strategos* do qual se deriva o significado “a arte do general”, ou ainda, *a ciência dos movimentos guerreiros fora do campo de visão do general* (OLIVEIRA, 2002 p. 192). Já em termos organizacionais trata-se de mobilizar recursos para atingir

laços culturais, a gestão desses bens resgata o exercício da cidadania, amplia as relações territoriais e possibilita a difusão de conhecimentos. Sob essa ótica, ressalta-se que a apreensão das formas de gestão, conteúdo e funcionamento dos museus e centros culturais, bem como o reconhecimento da sua importância são fundamentais para a sociedade e suas gerações futuras (AMARAL, 2003; FONSECA, 2005). Cabe registrar, ainda, que o conceito de bens culturais está relacionado à noção de patrimônio que possui um sentido muito amplo e pode ser definido como tudo que se relaciona com a cultura, memória e identidade de um indivíduo, grupo ou comunidade e deve ser preservado como forma de manter características consideradas importantes por esses grupos (ICOMOS, 2016).

Para apreender a relação entre gestão e arte, alguns autores centram suas análises na visitação como forma de compreender a opinião do público e daí obter um *feedback* de suas atividades, pois o paradigma contemporâneo enfoca suas atenções nas pessoas (DEGELO, 2009; COGAN, 2011; STIGLIANO e CÉSAR, 2013). Outros autores (CALABRE, 2007; GOUVEIA JÚNIOR, 2012) buscam analisar as políticas relacionadas à cultura e, conseqüentemente, avaliam a gestão cultural numa perspectiva histórica e política, porém pouco contribui com o processo de compreensão da gestão numa perspectiva interdisciplinar, ou seja, num diálogo com a arte.

Gerchman (2015) aponta em sua pesquisa que não há, no Brasil, um modelo de gestão de acervo artístico e que é escassa a bibliografia sobre o tema, ou seja, textos escritos por brasileiros, em português. Ekosaari *et al.* (2014, p. 202), corroboram tal entendimento e complementam registrando que: “Políticas e sistemas de gestão de acervos são temas quase ausentes na bibliografia especializada sobre museus produzida no país (infelizmente, podemos aferir a mesma lacuna também na tradução em língua portuguesa)”. Em tese, uma explicação para essa carência está relacionada à pequena importância dada à gestão cultural nos cursos de graduação em Administração e Artes.

Assim, o objetivo desta artigo é analisar, a partir de um estudo de caso, a gestão dos bens culturais em uma instituição militar e justifica-se pela lacuna existente sobre a temática. Registra-se que, apesar de existirem outros espaços culturais da Marinha pelo Brasil, optou-se por analisar o Espaço Cultural localizado na cidade do Rio de Janeiro por ser considerado o que possui maior acervo de obras significativas.

objetivos, mediante utilização, pela alta administração, de um plano, uma direção ou um curso de ação para o futuro.

Conceituando os espaços das artes

Para os fins deste texto, os museus são definidos como espaços cuja missão social e institucional vai além do seu papel original de preservação da memória. Desde o século XIX, os museus vem se tornando um espaço privilegiado de encontros e de ações culturais em toda a sua magnitude. Reúnem arte, inovação, conhecimento, entretenimento, sustentabilidade, arte e meio ambiente, educação e cidadania. Como exemplo, cita-se o Instituto Inhotim⁵, em Brumadinho/MG, que é um espaço singular a céu aberto e com um dos mais relevantes acervos de arte contemporânea do mundo.

Conceitualmente, os museus são espaços que possuem acervo, incentivo à pesquisa e divulgação, não comercializam suas obras. Tal entendimento decorre do estabelecido pela Lei nº. 11.904, de 14 de janeiro de 2009:

“Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus: I - a valorização da dignidade humana; II - a promoção da cidadania; III - o cumprimento da função social; IV - a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; V - a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural; VI - o intercâmbio institucional.”

Os Centros Culturais, por sua vez, não tem acervo. São exemplos disso a Fundação Bienal de São Paulo, o Centro Cultural Banco do Brasil, o Centro Cultural da Caixa Econômica Federal e o Itaú Cultural de São Paulo. Os Centros promovem debates, divulgam o trabalho de novos artistas, fomentam cursos e discussões acerca da arte. Os Centros Culturais são conceituados como espaços de divulgação de cultura,

⁵ A Fundação do Instituto Cultural Inhotim, instituição sem fins lucrativos, destinada à conservação, exposição e produção de trabalhos contemporâneos de arte e que desenvolve ações educativas e sociais. O Instituto Inhotim tem uma área de visitação que compreende jardins; galerias com obras de arte; obras de arte ao ar livre, dialogando com o meio ambiente; edificações e fragmentos da Mata Atlântica com enclaves de cerrado nos topos das serras; cinco lagos ornamentais; um jardim botânico com 4.300 espécies em cultivo; e uma coleção botânica que reúne espécies raras e de todos os continentes. Tanto as obras do acervo artístico como as plantas do Jardim Botânico são utilizadas para atividades educativas e sociais para públicos de faixas etárias distintas. O Inhotim, uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), tem construído, ainda, diversas áreas de interlocução com a comunidade de seu entorno. Com atuação multidisciplinar, o Inhotim se consolida, a cada dia, como um agente propulsor do desenvolvimento humano sustentável. Disponível em <http://www.inhotim.org.br/inhotim/sobre/historico/>.

informação, documentação, educação, memória, criatividade, pesquisa e utilização pública em que a comunidade se converte em autora e protagonista dos acontecimentos da participação e produto cultural, bem como atividades de entretenimento e recreação. Ou seja, a ideia de Centro Cultural nos remete aos Espaços Culturais e num lugar onde possam existir oficinas e atividades culturais.

Estes espaços utilizam marketing cultural como um elemento preponderante de sustentabilidade. Em algumas instituições governamentais, o marketing cultural é bastante atuante, vinculando uma imagem positiva da instituição que investe em cultura – por exemplo, o Centro Cultural Banco do Brasil. Um tanto diferente é o espaço cultural da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), que além de educativo, se preocupa com a memória da instituição brasileira.

No Brasil, o *marketing* cultural começou a ser mais utilizado a partir da década de 1990, pela redefinição da política do Estado na área cultural, ficando mais evidente nas instituições financeiras onde são mais agressivos, visíveis e mais presentes para a sociedade. Neste contexto, é possível inferir que a gestão e o *marketing* cultural das instituições financeiras estão mais próximas do público consumidor de arte, das obras que determinado centro possui no seu acervo ou expostas temporariamente, e pela própria autonomia econômica. Mesmo sem dispor de acervo próprio, os Centros Culturais colaboram com apoio financeiro e podem se tornar mecenas das artes, culturas e memória de determinada instituição.

A gestão dos bens culturais na Marinha

A gestão dos bens culturais na Marinha do Brasil envolve atividades relacionadas à história do Brasil, aos aspectos culturais da organização, as tradições navais e aos acervos materiais. Para a Marinha, bem cultural é definido como:

É o produto e o testemunho da tradição artística e/ou histórica de um determinado segmento social, sendo manifestação da dinâmica cultural deste mesmo grupo dentro do contexto regional e nacional a que pertence. Caracterizam-se como bens culturais da MB todos os produtos e manifestações materiais e imateriais sobre as tradições, a história e as criações científicas e artísticas que representam a história da instituição em âmbito nacional e que podem ser expressas pela tripulação militar e civil, ou por terceiros. No caso específico dos museus, podem ser considerados bens culturais: quadros pintados ou desenhados, armas e equipamentos de guerra históricos, modelos navais, esculturas (bustos e estatuetas), pratarias e porcelanas de navios ou Organizações Militares (OM) significativas para a história da MB, insígnias (medalhas e condecorações, brasões, platinas de

personalidades, bastão de comando, flâmulas e bandeiras), objetos comemorativos relativos a eventos da história naval, placas, machadinhas, garrafas de batimento de quilha, canetas, sinetes, equipamentos históricos de comunicação, tinteiros, sextantes, quintantes, teodolitos, horizonte artificial e demais equipamentos científicos. Citamos também equipamentos retirados de navio como: sino, bitácula, roda do leme, telégrafo de manobra, lanternas e bóias (BRASIL, 2015, p.10).

Para realizar a gestão dos bens, a Marinha conta com uma Diretoria Especializada na área cultural, com o propósito de preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da instituição, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira. Denominada Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), teve sua origem na Biblioteca da Marinha, criada pelo Decreto nº. 479, de 17 de outubro de 1846, que funcionava dentro do Arsenal da Marinha da Corte. Em 1943, com a incorporação da Biblioteca da Marinha, da Seção de História Marítima do Brasil, do Arquivo Histórico e da Revista Marítima Brasileira, foi criado o Serviço de Documentação da Marinha pelo Decreto-Lei nº. 5.558, de 8 de junho. Esta organização militar foi subordinada ao Ministro da Marinha.

Em 1953, o Decreto nº 32.273, de 18 de fevereiro, que aprovou o Regulamento da Secretaria-Geral de Marinha (SGM), reativou o Museu Naval e colocou-o sob a estrutura do renomeado Serviço de Documentação Geral da Marinha (SDGM), que ficou diretamente subordinado à SGM.

As atividades do SDGM foram regulamentadas pelo Decreto nº. 69.497, de 5 de novembro de 1971, alterado pelos Decretos nº. 79.771, de 3 de junho de 1977, e nº. 91.441, de 18 de julho de 1985. Revogados os Decretos de regulamentação o SDGM teve a sua denominação alterada para Serviço de Documentação da Marinha (SDM) pela Portaria Ministerial nº 344, de 23 de maio de 1994.

O SDM passou, então, a ter sua organização e atividades regulamentadas pela Portaria nº. 68, de 31 de maio de 1994, do Chefe do Estado-Maior da Armada, que, posteriormente, foi revogada. Revogada esta última, passou a ter as atividades e organização estruturadas pelo Regulamento aprovado pela Portaria nº 29, de 8 de setembro de 1998, do Secretário-Geral da Marinha. Em 1º de julho de 2008, o Comandante da Marinha, por meio da Portaria nº. 209, alterou a denominação do Serviço de Documentação da Marinha para Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) e extinguiu a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha

Para a consecução do seu propósito, cabe à DPHDM (BRASIL, 2015, p. 9) a execução das seguintes tarefas:

- I - promover estudos e pesquisas, consolidar e publicar documentação sobre assuntos concernentes à cultura marítima;
- II - propor normas relativas às atividades histórico-culturais da Marinha;
- III - manter o registro da história marítima do Brasil;
- IV - administrar a Biblioteca da Marinha, o Arquivo da Marinha, a editora do Serviço de Documentação da Marinha, os Navios-Museus e os Museus que lhe são subordinados, incluindo os diversos espaços para exposição;
- V - controlar o patrimônio histórico e cultural da Marinha;
- VI - planejar e controlar, no âmbito da DPHDM, o emprego e o aperfeiçoamento técnico dos profissionais que exerçam atividades ligadas à história e à cultura na Marinha;
- VII - promover intercâmbios com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, envolvidas com a história e a cultura marítimas;
- VIII - promover programas comemorativos e a divulgação de eventos histórico-culturais da Marinha;
- IX - administrar as atividades técnicas de preservação, inclusive quanto à preservação digital, relativas ao acervo sob sua guarda;
- X - assessorar a SGM na determinação das necessidades de pessoal e material para as atividades histórico-culturais da Marinha; e
- XI - propor e incentivar a divulgação da cultura e história marítimas para a sociedade em geral.

A DPHDM conta com uma equipe multidisciplinar com pessoas formadas em história, biblioteconomia, museologia, arquivologia, arquitetura e pedagogia. Dentre suas responsabilidades, destacam-se seguintes: projeto museológico, gestão do acervo, restauração, programação visual, publicidade, ações educativas e monitoria ou guia de museus.

Para atender ao público visitante, a DPHDM possui uma estrutura física composta por bibliotecas, museus, embarcações e um espaço cultural. Nesta pesquisa

iremos dar ênfase ao espaço cultural, museus e embarcações por estarem em consonância com o objetivo do trabalho e contidos na mesma área geográfica – centro da cidade do Rio de Janeiro. Esta área é denominada de Complexo Cultural Marinha, que agrega o Espaço Cultural, a Ilha Fiscal e o museu.

Mergulhando na história e cultura da Marinha e do Brasil

Nesta seção, a proposta é de uma incursão pela história do Brasil e da navegação por meio do acervo do Espaço Cultural da Marinha. Logo na entrada do Espaço Cultural, está exposta a Galeota⁶ D. João VI. Construída em Salvador, no ano de 1808, trazida para o Rio de Janeiro, em 1809, onde serviu para deslocamentos da Família Real pela Baía de Guanabara e esteve em uso até o início do período republicano (figura 1). Foi a bordo desta galeota que D. João VI deixou pela última vez as terras do Brasil, em 25 de abril de 1821, ao regressar a Portugal.

A galeota manteve-se fiel ao estilo da época, com 24 metros de comprimento e 15 remos por bordo. Na proa, há um golfinho ladeado por volutas, âncoras, folhas de acanto e um frade de madeira com a cabeça de Netuno toda dourada. A popa ostenta o brasão do Império, com bordados em flores e arabescos. A acomodação dos passageiros, com trajes de época, fica à ré, em um camarim forrado com tecido adamascado, cortinas de veludo, grelos (um tipo de franja) e almofadas.

Figura 1 – Galeota D. João VI.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural da Marinha.

⁶ A Galeota era uma embarcação (tipo de barco) de transporte para grandes personalidades, para recepções com cerimonial. Quando um navio importante se aproximava do porto, ou ancorasse no mar próximo ao porto, uma galeota com inúmeros marinheiros vestidos com farda de gala, remavam para buscar e trazer a personalidade à terra firme. De acordo com registros da Marinha, a Galeota D. João VI fez sua última viagem em setembro de 1920, transportando a família real da Bélgica, que chegou ao Rio de Janeiro a bordo do Encouraçado *São Paulo*.

Além da Galeota, o Espaço abriga exposições permanentes sobre a história de navegação e outros temas relevantes para a Marinha. Em determinados períodos o Espaço abriga fotos e painéis com detalhes sobre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, objetos da Guerra do Paraguai, maquetes e vídeos institucionais, artefatos navais como munições e outros equipamentos diversos.

Atracados ao cais do Espaço Cultural encontram-se a Nau dos Descobrimentos (figura 2), o Contratorpedeiro-Escolta *Bauru* e o Submarino Riachuelo. Em relação à Nau, cabe mencionar que é uma réplica, em escala natural obtida a partir de fontes iconográficas do século XVI, e abriga uma exposição sobre a vida a bordo no final do século XV e início do XVI.

Figura 2 – Nau dos Descobrimentos.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural da Marinha.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Contratorpedeiro-Escolta *Bauru* (figura 3) participou de comboios e efetuou missões de apoio no transporte de tropas e patrulhamento em zonas de guerra. Construído em Nova Jersey (Estados Unidos), foi lançado ao mar em 15 de setembro de 1943, e incorporado à Marinha americana em 11 de outubro do mesmo ano com o nome de USS *McAnn* (DE-179). Prestou serviços à Marinha americana até agosto de 1944, quando foi transferido para a Marinha do Brasil, recebendo o nome de *Bauru* em homenagem à cidade paulista de Bauru.

Figura 3 – Navio-Museu Bauru.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural da Marinha.

Em 1981, o Bauru deixou o serviço ativo e foi descomissionado⁷. Nos quase 40 anos de atividade, o navio percorreu 295.405 milhas, perfazendo 1.423 dias de mar. Após passar por reformas de adaptação, em 1982, foi aberto à visitação. Como navio-museu temático, possui 14 ambientes que retratam a vida a bordo durante aquele período da Segunda Guerra Mundial, tendo como foco a Campanha do Atlântico. Além disso, o navio oferece ao visitante a oportunidade de conhecer os armamentos utilizados em um navio de guerra, os compartimentos utilizados pela tripulação e outros equipamentos utilizados para navegação e segurança dos homens no mar.

O Submarino Riachuelo (figura 4), hoje museu, foi construído em 1973, pelo estaleiro *Vickers Limited*, em *Barrow-in-Furness, Lancashire* - Inglaterra, lançado ao mar em 6 de setembro de 1975, e incorporado à Armada brasileira em 27 de janeiro de 1977. Foi o sétimo navio da Marinha do Brasil a ostentar este nome, em homenagem à Batalha Naval de 11 de junho de 1865, entre a esquadra paraguaia e uma fração da esquadra brasileira, sob o comando do Almirante Barroso.

⁷ Descomissionado é quando uma embarcação deixa de prestar serviço. Nas Forças Armadas, um navio descomissionado é aquele que não integra o serviço ativo e não faz parte da parcela operativa.

Figura 4 – Submarino-Museu Riachuelo.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural da Marinha.

Após 20 anos de operação, foi desincorporado do Serviço Ativo da Armada, após navegar mais de 181 mil milhas marítimas, em 1.283,5 dias de mar e 17.699 horas e quarenta e um minutos de imersão. Sua Mostra de Desarmamento foi realizada em 12 de novembro de 1997, sendo reclassificado como Submarino-Museu. O Riachuelo pertenceu à classe Oberon que trouxe grande avanço no domínio de técnicas para os procedimentos operativos, demarcando uma nova etapa na história da nossa Força de Submarinos. Os submarinos da classe Oberon foram construídos na Inglaterra e inovaram por conta das características bélicas, incorporando minas aquáticas ao invés de apenas torpedos, além da substituição do aço utilizado no casco que possibilitou mergulhos mais profundos ao submarino.

Na área externa ao Espaço Cultural, encontra-se o helicóptero antissubmarino *Sea King* (figura 5). Utilizado por Marinhas do mundo inteiro, é considerado uma aeronave ideal para operações de salvamento. Equipado com sonar, o *Sea King* é utilizado para identificar ameaças submarinas. Também pode ser armado com mísseis para atacar navios, ou com bombas de profundidade e/ou torpedos para combater submarinos.

Figura 5 – Helicóptero-Museu.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural da Marinha.

Para realizar passeios marítimos dentro da Baía de Guanabara, a DPHDM utiliza o Rebocador Laurindo Pitta (figura 6). Esta embarcação foi construída na Inglaterra, em 1910, por encomenda do Governo brasileiro. É o único navio remanescente da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) que participou, em 1918, da Primeira Guerra Mundial, realizando importantes tarefas de apoio. Possui as seguintes características: rebocador de alto-mar, deslocamento de 514 toneladas, com 39 metros de comprimento, 8 metros de boca e velocidade máxima de 11 nós (cerca de 20 km/h).

Figura 6 – Rebocador Laurindo Pitta.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural da Marinha.

Durante o período que permaneceu na ativa, o rebocador prestou serviço ao Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro e à Base Naval do Rio de Janeiro até a década de 1990. Em 1997, a Marinha o restaurou e o remodelou, colocando assentos para 90 passageiros, e adaptando um compartimento onde apresenta a exposição permanente *A Participação da Marinha na Primeira Guerra Mundial*. Desde então, vem sendo empregado na realização do Passeio Marítimo.

O rebocador passa ao largo das Ilhas das Cobras⁸, Fiscal⁹, das Enxadas¹⁰, de Villegagnon¹¹ e da cidade de Niterói. O visitante, guiado por um facilitador, conhece a história de cada ilha, suas utilizações pela Marinha e as principais características dos navios de guerra atracados na Ilha das Cobras. Outros pontos turísticos e históricos também são avistados durante o trajeto que tem duração de uma hora e vinte minutos.

No contexto do Complexo Cultural da Marinha, a Ilha Fiscal (Figura 7) é constituída por uma edificação, denominada de castelinho, com aproximadamente sete

⁸ Inicialmente denominada como *Ilha das Cabras* ("*Ile des Chèvres*") pelos colonizadores da França Antártica, foi doada pelo Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Estácio de Sá (1565-1567), por Carta de Sesmaria datada de 6 de setembro de 1565, a Pedro Rodrigues, que nela fez roçados de mantimentos. Em 1583, passou para a propriedade de João Gutierrez Valério, mercador de escravos, que a utilizou como depósito. Em 1589, diante da falência do comerciante, a ilha foi adquirida pelos monges do Mosteiro de São Bento, a partir de então, passou a ser também denominada como Ilha dos Monges. A denominação que atualmente designa a ilha surge pela primeira vez, oficialmente, nessa "Crônica" produzida pelo Mosteiro de São Bento, segundo o historiador beneditino Dom Clemente Maria da Silva-Negra (1903-1987): "*Esta ilha era como a que chamão Rubraria no mar de Tarragona, porque tinha em si infinitas cobras e essas muy peçonhentas, e por isso lhe puserão por nome a ilha das Cobras. Depois que foy de S. Bento se vião lançar muitas ao mar e nadar pera a parte do Mosteiro. Depois que erão tantas que muitas vezes se achavão agasalhadas nos leitos, porem nunca fizerão mal algu, e em breve tempo se extinguirão de todo*". Atualmente a Ilha abriga o Arsenal da Marinha, o Hospital Central da Marinha, o Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, diversas Diretorias e Organizações Militares da Marinha.

⁹ Originalmente denominada pelos europeus como Ilha dos Ratos, o seu atual nome provém do fato de ali ter funcionado o posto da Guarda Fiscal, que atendia o porto da capital do Império, no século XIX. A posição daquela ilha era bastante cômoda para os inspetores da Alfândega, devido à proximidade dos pontos de fundeio, sendo que o traslado de mercadorias poderia ser executado em embarcações miúdas, sem grandes dificuldades. A decisão da construção, assim como a do seu estilo arquitetônico foi do Imperador D. Pedro II.

¹⁰ Há duas versões para a origem do nome da ilha, a primeira é a que nela teria aportado, com avarias, veleiro espanhol, o qual anunciava a venda de toda a sua carga, constituída de instrumentos agrícolas, para cobrir as despesas com reparos. Os compradores a designaram de Ilha das Enxadas. A segunda e mais acreditada das versões, é a de que seria assim chamada, devido à grande quantidade de peixe-enxada existente ao redor da ilha. Em 1868 foi iniciado o processo de aquisição da Ilha das Enxadas. A ilha estava hipotecada ao Banco do Brasil, por 1450 contos de réis, sendo então transferida para o Estado em nove de outubro de 1869, quando o Imperador D. Pedro II promulgou a Lei nº. 1.735 que autorizava o Ministério da Marinha a adquirir a ilha pela importância citada. Atualmente abriga o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW) que forma oficiais de diversos corpos e quadros para a Marinha.

¹¹ Denominada como Ilha de Serigipe pelos indígenas, e como Ilha das Palmeiras pelos conquistadores portugueses, a sua atual denominação é uma homenagem ao seu primeiro ocupante, o almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon, que a ocupou em 1555, nela erguendo o Forte Coligny, quando da tentativa de estabelecimento da França Antártica. Atualmente abriga a Escola Naval, instituição de nível superior, responsável pela formação dos oficiais da Marinha.

mil metros quadrados e que imita a arquitetura medieval da região de Provence, na França.

Figura 7 – Ilha Fiscal.



Fonte: Veja Rio. Disponível em: <http://vejario.abril.com.br/materia/cidade/ilha-fiscal>

O castelinho foi inaugurado em 1889 pelo imperador Dom Pedro II. Sua construção durou sete anos de construção e foi realizada com mão-de-obra escrava. Nele, foi realizado o último baile do império, alguns dias antes da Proclamação da República. Também era utilizado pelos navegadores em auxílio à navegação como uma bússola, apontando os pontos cardeais e sua fachada, indicando a direção exata para o Polo Sul. A torre mais alta exibe em seus quatro lados um relógio que, em outros tempos, fornecia a hora correta aos atracados no porto.

Transferida para a Marinha pelo Ministério da Fazenda, em 1914, a Ilha é hoje parte do Complexo Cultural e aberta à visitação. O acesso à Ilha normalmente é feito pela escuna Nogueira da Gama e quando a escuna está em manutenção ou em caso de mau tempo, o transporte dos visitantes é realizado por micro-ônibus. Durante a visitação destacam-se o Torreão e a Ala do Cerimonial. No interior do castelinho existem três exposições permanentes: “A História da Ilha Fiscal”; “A Contribuição Social da Marinha”; e “A Contribuição Científica da Marinha”.

O Museu Naval, situado em um prédio centenário na Rua Dom Manuel, no Centro do Rio de Janeiro, apresenta a exposição permanente “*O Poder Naval na Formação do Brasil*”, que ocupa sete salas do pavimento térreo e destaca a participação

da Marinha na História do país, a importância que teve na formação da nação e nos dias atuais. A exposição faz incursões desde o descobrimento, durante a colonização e sobre algumas das invasões e ameaças que vieram do mar. Daí a importância da História Naval brasileira, ainda tão pouco conhecida.

Além disso, diversos objetos fazem parte do acervo exposto: modelos navais (maquetes de navios), obras de arte, canhões resgatados de navios naufragados, figuras de proa, medalhas, entre outros objetos. Tudo é apresentado aos visitantes através dos fatos históricos, numa linguagem e contexto contemporâneos, empregando-se também recursos interativos de som e imagem.

No Pátio D'Armas destaca-se o móbil “Aves dos Mares do Brasil”, com 52 pássaros, idealizado para ocupar o vão central do prédio de três andares (figura 8). No local, pode-se conhecer 12 espécies de aves que sobrevoam os mares do Brasil. Isto quer dizer que a instituição Marinha, também, se preocupa com as questões ecológicas, pois apresenta espécies que compõem a fauna de aves que habitam os litorais e costas do Brasil e do mundo.

Figura 8 – Pátio D'Armas do museu naval.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural da Marinha.

Ainda no museu, ao percorrer o Pátio D'Armas, o visitante também poderá estar pisando em uma mina utilizada na Segunda Guerra Mundial ou em um torpedo B-57 de 1894. Esses exemplares estão em grandes vitrines construídas no piso. Já no segundo

andar do prédio são realizadas exposições temporárias sobre temas diversos e uma sala de educação, para receber os alunos de escolas que visitam o complexo. O Museu ainda conta com um auditório, no terceiro andar, para eventos.

Ações educativas no museu e no espaço cultural

A DPHDM promove ações para o público externo – principalmente alunos dos Ensino Fundamental e Médio, e interno, ou seja para os militares e servidores civis da instituição que realizam visitas guiadas.

Dentre as ações educativas, destacam-se: “O Projeto Escola” que oferece visita mediada aos circuitos expositivos do Museu Naval e do Espaço Cultural para os alunos de escolas públicas e privadas, ressaltando que para os alunos da Rede Pública é oferecido o transporte escolar; e o Projeto “Uma Tarde no Museu”, com o patrocínio da Granado Farmácias, que visa a despertar o interesse pela história marítima brasileira nos estudantes de escolas públicas e privadas, conta com visita à exposição “O Poder Naval da Formação do Brasil” seguida de uma atividade educativa (figura 9).

Figura 9 – Cartaz de divulgação do Projeto “Uma tarde no museu”.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural da Marinha.

Destaca-se ainda o projeto “Uma Aula no Museu”, que possibilita aulas de História do Brasil, dinâmicas e interativas, para alunos do Ensino Fundamental e Médio, ministradas por oficiais e civis historiadores da instituição (Figura 10). Propõe-se como uma troca de conhecimentos, pois os alunos tem a oportunidade de conhecer modelos

de navios usados no período das grandes navegações; rotas e lugares explorados no início do descobrimento; canhão de artilharia usado nas invasões holandesas no Nordeste e muitas outras obras da coleção naval.

Figura 10 – Aula de História do Brasil ministrada no Museu Naval.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural da Marinha.

Outro projeto são as “Oficinas de Arte-Educação” que desenvolvem atividades manuais para o público de todas as idades, envolvendo pintura, colagem, dobradura de papel, nós de marinheiros, e outras atividades lúdicas (figura 11).

Figura 11 – Oficina infantil de corte e colagem realizada no Museu Naval.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural da Marinha.

O projeto denominado “Uma Viagem pelo Mundo da História” oferece espetáculos teatrais sobre temas relacionados à história marítima e naval, bem como a cultura marítima brasileira, destinando-se ao público infanto-juvenil. As encenações são feitas no auditório do Museu Naval pela Companhia da Arca e têm patrocínio da Transpetro e EMGEPRON. Desde 2011, o projeto prossegue com as seguintes peças: *Vida a Bordo no século XVI* (esta peça relata as dificuldades e descobertas daqueles que viviam a bordo de antigas embarcações, realizando grandes travessias oceânicas); *O Brasil e o mar – Amazônia Azul* (por meio de jogos e brincadeiras com a plateia, os atores abordam, com muito humor, o tema Amazônia Azul - faixa do mar, de até 200 milhas da costa, utilizada pelo Brasil como Zona Econômica Exclusiva); *Tamandaré – jovem herói* (neste espetáculo, são abordados os feitos e as glórias que marcaram a vida do Almirante Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil); *1808 – a corte portuguesa no Brasil* (esta peça musicada narra alguns episódios que motivaram a vinda de Dom João VI para o Brasil. No espetáculo, dois atores cantam, em ritmos brasileiros, algumas interpretações operísticas); *Amélia e Ataliba, o Brasil na Segunda Guerra Mundial* (é um monólogo em que Amélia aguarda ansiosa o retorno do marido, o oficial de Marinha Ataliba, que embarcou para participar de um comboio na Segunda Guerra Mundial. Enquanto isso, reflete sobre as causas da guerra e suas consequências para o Brasil); e *O francês voador* (a peça apresenta uma jovem pesquisadora em busca do lendário tesouro dos jesuítas que encontra o fantasma do corsário Duguay-Trouin, que em 1711 invadiu a Cidade do Rio de Janeiro em busca de riquezas. Entre muita música e divertidos equívocos, cada um deles conta sua versão de como ocorreu a invasão do corsário e sua tropa em terras cariocas).

Considerações finais

A gestão dos bens culturais na Marinha apresentada neste trabalho buscou identificar como é estruturada a gestão, como ocorre à apresentação dos bens culturais e sua interação com o público. O Complexo Cultural da Marinha propicia um debate interdisciplinar no instante que nos encaminha para discutir saberes, mas saberes que devem ser interligados ao todo, e para que a partir desse possamos conhecer e valorizar a nossa história e a história de um povo; suas trajetórias e caminhos percorridos; suas conquistas sejam territoriais ou marítimas; e as origens de sua cultura. Os artefatos de

guerra não enfatizam somente a história e os valores da instituição, mas também a valorização da história do Brasil e sua relação com a sociedade.

A pesquisa apresenta que a gestão dos bens culturais pela Marinha ocorre de forma diferenciada em relação às demais instituições públicas e privadas que abrigam acervos culturais, pois sua estruturação está fundamentada na hierarquia militar, com militares e servidores civis de diversas formações e habilidades para cumprirem a missão da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

A gestão de forma hierarquizada é uma característica marcante na apresentação dos acervos, apesar de não ter sido objetivo desta pesquisa explorar os demais espaços culturais que a Marinha possui no Brasil. Destaca-se que, diferente de outros espaços culturais, a Marinha conta com um acervo específico de obras relacionadas a sua missão e história. Além disso, seu museu oferece espaço para artistas exporem e divulgarem suas obras, mas não possui um setor de *marketing* em sua estrutura administrativa o que pouco contribui com a divulgação de suas ações e iniciativas.

Cabe ressaltar que este trabalho não teve como foco verificar todas as atividades realizadas pela instituição, portanto não apresentamos aquelas relacionadas ao acervo bibliográfico, ao acesso às bibliotecas, as publicações confeccionadas pela Diretoria, tampouco as pesquisas realizadas, apesar da Marinha ter uma das revistas de história naval mais antigas do mundo. Sendo esta uma limitação desta pesquisa e que pode ser explorada em outros estudos.

As atividades educativas realizadas nos espaços culturais e museus são direcionadas para todas as idades, e para o público interno e externo à Marinha com o intuito de ampliar a mentalidade marítima da população. A gestão das ações realizadas resulta do trabalho de diversos profissionais que prioriza a organização de suas atividades, tem uma responsabilidade e um compromisso social, tanto com seus bens materiais como a própria adequação de seus objetos para receber o seu público de uma forma mais receptiva.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E. L. G. Reflexões sobre o papel educativo dos museus. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 9-16, jan./jun. 2003.

BRASIL. Marinha do Brasil – Secretária-Geral da Marinha (SGM). **Normas para gestão de bens culturais na MB**. 2015.

CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **Anais... II ENECULT** – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Calabre-politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2016.

COGAN, A. Pesquisa de Público no Museu Militar do Comando Militar do Sul: Quem são seus visitantes? **Revista MOUSEION**, n.10, jul-dez, 2011.

DEGELO, M. I. O público de museu: um pequeno diagnóstico. **Revista Eletrônica do Coletivo Estudos de Estética**, jan.2009.

DUARTE, P. **Contra o vandalismo e o extermínio**. São Paulo: Departamento de Cultura, v.19, 1938.

EKOSAARI, M.; JANTUNEN, S.; PAASKOSKI, L. Checklist para uma política de gestão de acervos. **Revista Pós: Belo Horizonte**, v. 4, n. 8, p. 200 - 229, nov. 2014.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005. 294 p.

FRAGOAZ, Eduardo. **A moeda da arte: a dinâmica dos campos artísticos e econômico no patrocínio**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

GERCHMAN, C. **Gestão de acervo artístico privado no Brasil**. Rio de Janeiro: Beco do azougue, 2015. 72 p.

GOUVEIA JÚNIOR, M. A Gestão da Memória: as políticas públicas culturais e a situação dos museus no estado de Pernambuco. 212p. **Dissertação** (Mestrado) – Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, CAC. 2012.

GUSDORF, G. **O gato que anda sozinho**. In: POMBO, O.; GUIMARÃES, H. M.; LEVY, T. Interdisciplinaridade – Antologia. Porto: Campo das Letras, p. 13-36, 2006.

ICOMOS. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional e Monumentos e Sítios. **Noção de Patrimônio**. Disponível em: http://www.icomos.org.br/001_001.html. Acesso em: 04 de abril de 2016.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico: Conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUSA E SILVA, L. **Gestão cultural na e para a cidade**. 2008. Disponível: <http://www.culturaemercado.com.br/site/wp-content/uploads/2008/09/gestãoculturalnaeparaacidade.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2016.

STIGLIANO, B. V.; CÉSAR, P. A. B. Gestão da visitação ao patrimônio cultural: estudo comparativo de museus na cidade de São Paulo. **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, v. 2, pp. 324-335, 2013.